



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

## EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESPAÇO DIALÓGICO COMUM NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Mariana Belloni Melgaço

Servidora pública do FNDE/MEC; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil, [maribelloni@gmail.com](mailto:maribelloni@gmail.com)

### RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. A educação alimentar e nutricional – EAN é uma das diretrizes do Programa. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, buscando fomentar ações de EAN no âmbito escolar, aliou dois programas que executa, PNAE e PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Para isso, desenvolveu mensagens de alimentação saudável que constam nas quartas capas dos livros didáticos distribuídos por meio do PNLD para as escolas da educação básica pública desde 2016. Este estudo realizou análise documental das mensagens e ilustrações contidas nas quartas capas dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD / 2018 – Ensino Médio para verificar as questões ambientais entrelaçadas com a alimentação adequada e saudável. O estudo permitiu verificar que os temas abordados nas capas não se resumem a alimentação, mas propiciam espaços para reflexões e discussões de temas da Educação Ambiental tais como relações de pertencimento com a natureza e sociedade, relações de produção, consumo e crise ambiental, sustentabilidade, identidade de gênero, dentre outros. O espaço proporcionado pelas quartas capas nos livros didáticos constituem um espaço dialógico entre os temas apontados acima, possibilitando uma educação democrática e libertadora.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar. Educação Alimentar. Educação Ambiental. Livro didático.

### 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado em 1955, passou por profundas alterações na sua base legal e operacional, constituindo-se em um dos principais programas da política de educação no Brasil. Atualmente, o marco legal do PNAE está



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

**Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável**

assentado na Lei nº 11.947/2009, a qual reafirma a política de caráter universal e gratuita a todos os estudantes da educação básica da rede pública brasileira.

Esta política pública busca ofertar a alimentação escolar tendo em vista assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA sob a ótica do respeito à diversidade cultural, além de se configurar como estratégia da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.

Devido à sua dimensão, o PNAE é estratégico para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, assumidos pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas - ONU, dentre os quais o Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; e o Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (TCU, 2017).

O PNAE é, atualmente, considerado referência para muitos outros países que estão em processo de implementação de políticas públicas de educação e alimentação. Desde 2011, o Brasil possui um Centro de Referência contra a Fome. Essa parceria entre o governo federal e o Programa Mundial de Alimentos visa compartilhar as experiências de proteção social do PNAE como uma relevante ferramenta social de luta contra a fome (NOGUEIRA; ESPERANÇA; VILLAR, 2019).

Educação e alimentação constituem parte do rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. É nesse contexto que se destaca o PNAE que tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE possui como uma de suas diretrizes a educação alimentar e nutricional – EAN, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, a boa saúde e a qualidade de vida do escolar (BRASIL, 2009).

A EAN é uma estratégia fundamental de estímulo às práticas alimentares saudáveis, visando a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos (BRASIL, 2012). No contexto escolar, a EAN deve estar inserida no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar, ajudando a desenvolver práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Além da EAN estar presente como uma das diretrizes do PNAE, a Coordenação Geral do PNAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE tem implementado



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

**Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável**

ações que visam o fortalecimento da EAN no ambiente escolar e a inclusão da temática no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, por meio de suas ações o Programa busca criar espaços intersetoriais de construção coletiva, dialógica e multiprofissional para a promoção da saúde no ambiente escolar.

Uma das ações desenvolvidas e executadas pelo FNDE, buscando fomentar ações de EAN no âmbito escolar, é a impressão de imagens contendo mensagens de alimentação saudável na quarta capa dos livros didáticos distribuídos para as escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD<sup>1</sup>.

Até 2015, o hino nacional brasileiro esteve presente na quarta capa do livro didático. A partir de 2016, a quarta capa passou a veicular mensagens sobre alimentação saudável, com a proposta da inclusão da EAN nas escolas públicas da educação básica, e o hino nacional passou a ser impresso na terceira capa (CASTRO; MELGAÇO; SOUZA; SANTOS, 2019).

Enquanto processo recíproco, criativo e interativo de ensino e aprendizagem entre duas ou mais pessoas, a educação escolar pode ampliar o acesso à informação sobre saúde e nutrição, a começar pelo planejamento pedagógico, passando pelas atividades em sala de aula, e chegando aos diferentes momentos de recreação, ou mesmo às atividades “extramuros”. Desta forma, proporciona aprendizagens que favorecem uma nova postura em relação às escolhas alimentares e com os diversos saberes do currículo escolar.

As capas dos livros distribuídos pelo PNLD contêm ilustrações e mensagens que buscam incentivar a reflexão sobre a alimentação e sua interface com questões da vida cotidiana. A alimentação é um tema transversal que permite dar sentido e concretude aos conteúdos formais desenvolvidos nas escolas.

A quarta capa de cada componente curricular aborda um tema mobilizador específico. A intenção é que as quartas capas sejam um dispositivo para despertar o interesse, potencializar diálogos e entrelaçar ideias de estudantes, educadores e toda comunidade escolar. As mensagens, além de trazerem a temática de alimentação adequada e saudável, também abordam temas relacionados a educação ambiental (EA) e sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> O PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (MEC, 2019). O Programa, assim como o PNAE, é executado pelo FNDE.



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

## Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

A EA junto com a EAN possibilita que as crianças compreendam a importância de bons hábitos alimentares, seguindo na formação de cidadãos conscientes. A união de conceitos e estratégias envolvidas na EA assegura um entendimento de mundo que ultrapassa os limites que tais conceitos poderiam alcançar individualmente, além de desenvolver indivíduos sociais e pensantes. Essa união como prática educativa na educação assume um papel cada vez mais desafiador. Mostra uma demanda emergente de novos saberes para empreender processos alimentares, sociais, ambientais e educativos cada vez mais complexos (RIBEIRO et al., 2016).

A EAN e a EA estão inseridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs como temas transversais e amparadas por legislações específicas. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Determina que a EA é um componente essencial e permanente devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Já a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o PNAE, inclui a EAN no processo de ensino e aprendizagem.

O Tema Meio Ambiente e Saúde (Volume 9) dos PCNs apresenta como principal contribuição a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a vida, com a sociedade, tanto em âmbito local quanto global. Isso se torna um desafio para a escola, pois é necessário trabalhar além de informações e conceitos, mas incluir também atitudes, valores e habilidades, permeando os âmbitos social, cultural, econômico, político, tecnológico e ambiental para a construção e manutenção da vida na sua interdependência. A alimentação envolve todos os âmbitos mencionados acima desde a produção de alimentos até as escolhas alimentares dos indivíduos.

Existe uma relação intrínseca entre o meio ambiente e a alimentação. A colheita, armazenamento, processamento, transporte, distribuição, comercialização, aquisição, preparo das refeições e consumo dos alimentos impactam diretamente no meio ambiente, e levanta discussões acerca de sustentabilidade, justiça social e saúde. Assim, o uso de agrotóxicos e o uso intensivo de recursos naturais afetam negativamente o ambiente, desequilibrando os biomas. A falta de acesso a alimentação de qualidade gera fome e obesidade. Condições precárias de trabalho urbano ou rural afetam a dignidade humana.

Apesar da importância de se trabalhar a EA nas escolas, esse tema ainda encontra entraves. Para Grün (2012), o pensamento científico moderno dificultou sobremaneira que as questões ambientais encontrassem espaço na educação. A EA deveria resultar de uma



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

**Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável**

orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitem a visão integrada do meio ambiente, perpassando por todo o currículo.

Ainda que a EA seja primordial para garantir o direito à educação como princípio fundamental da formação humana, Frizzo e Carvalho (2018), ao analisarem o Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, encontraram o silenciamento da EA nesses documentos legais que embasam e regulam a escolas dos anos recentes.

É importante também atentar para o fato, conforme apontado por Santos e Gomes (2018), de que a EA também encontra desafios para se consolidar nos currículos de formação docente. E é extremamente relevante trabalhar a EA nas licenciaturas, pois como concepção educativa a EA possibilita a relação de pertencimento do indivíduo com a natureza, com a sociedade e sua identidade.

Considerando então a importância de se trabalhar a EA e EAN nas escolas e todos os desafios encontrados por esses temas, o presente trabalho teve como objetivo analisar as quartas capas distribuídas por meio do PNLD 2018 – Ensino Médio, relacionando questões referentes a EA dentro das mensagens de alimentação adequada e saudável. O quadro abaixo apresenta os dados do PNLD 2018: números de exemplares distribuídos, de alunos e escolas beneficiados.

**QUADRO 1** – Dados do PNLD - 2018: números de exemplares distribuídos, de alunos e escolas beneficiados

PNLD 2018 – Ensino Médio	
Quantidade de exemplares distribuídos	89.381.588
Número de alunos beneficiados	7.085.669
Número de escolas beneficiadas	19.921

Fonte: FNDE, 2020. Elaborado pela autora.

Cada PNLD tem um ciclo de três anos na escola. Os livros distribuídos por meio do PNLD 2018 aos estudantes do Ensino Médio estarão em circulação até o final do ano de 2020.

Importante ressaltar que em janeiro de 2020, o FNDE, em parceria com o Ministério da Educação, publicou o Edital de Convocação N° 1/2020 – CGPLI do 1º Concurso “Sua Arte no Livro Didático”. Esse concurso tem como objetivo selecionar as melhores artes cuja temática seja a Bandeira Nacional para integrarem a quarta capa de livros didáticos que compõem o



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

PNLD destinado a atender ao Ensino Médio em 2021, substituindo assim, as capas com mensagens de alimentação saudável.

Apesar da equipe técnica da Coordenação do PNAE trabalhar a favor da ação de mensagens de alimentação saudável nas quartas capas, será necessário aguardar a decisão da alta gestão do FNDE sobre o próximo PNLD, a ser distribuído em 2022 nas escolas públicas.

Aqui reside inclusive uma das importâncias de estudos como o realizado por este trabalho. Ao pesquisar, registrar e visibilizar ações que promovam a alimentação adequada e saudável e a educação ambiental, contribui com a luta a favor do meio ambiente e da segurança alimentar e nutricional, posicionando-se contra o governo atual que vem sistematicamente atacando essas agendas. Ações como o recente ataque ao guia alimentar da população brasileira, o desmonte do programa de aquisição de alimentos, o beneficiamento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e o aumento do preço dos alimentos demonstram as violações que vem ocorrendo atualmente, especialmente ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

Recine (2017) trouxe um alerta sobre os riscos que o PNAE corre considerando as mudanças institucionais e cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016. Ressalta a importância de se manter o conjunto de aspectos que configuram o PNAE como exemplo a ser seguido, tais como o fortalecimento do processo produtivo local sustentável e ações de educação alimentar e nutricional.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta uma análise documental das mensagens e ilustrações que compõem as quartas capas dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD 2018 – Ensino Médio, levando em consideração temas da EA relacionados a alimentação adequada e saudável.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo são apresentadas as análises das quartas capas que constam nos livros didáticos distribuídos aos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas, identificando os principais temas abordados e as possíveis reflexões geradas a partir das mensagens e ilustrações de cada (quadro 2).

FIGURA. Quartas capas dos livros distribuídos para o ensino médio (1º ao 3º ano) pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático no Brasil, 2018



Fonte: CASTRO; MELGAÇO; SOUZA; SANTOS, 2019.

**QUADRO 2 – Distribuição componente curricular, título e análise das capas**

Componente curricular	Capa: Título e análise
Geografia	<p>“Cuide bem da água”</p> <p>A ingestão de água não ocorre apenas de forma direta. A capa propõe uma reflexão sobre a quantidade de água gasta na produção de bens ou serviços. A cadeia de produção de alimentos impacta diretamente na degradação ambiental. A crise socioambiental enfrentada atualmente é ocasionada pelas atividades humanas, especialmente na produção de bens e serviços. Atividades agrícolas e industriais são grandes consumidoras de recursos hídricos. A conscientização sobre a quantidade de água utilizada para a produção de alimentos é fundamental para a reflexão sobre os padrões de consumo atuais.</p>
Física	<p>“Compartilhe momentos e sabores”</p> <p>Essa capa tem como objetivo resgatar práticas e hábitos alimentares e convivência que vem sendo substituídos pela praticidade e pela individualidade. As práticas alimentares como produzir alimentos, cozinhar e comer juntos são atividades coletivas e estão ligadas a cultura, memória e história de um povo. O uso de tecnologias como celulares e televisão no</p>



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

	<p>momento de se alimentar tem prejudicado a convivência e o diálogo entre as pessoas.</p>
<b>Sociologia</b>	<p>“A cozinha é tarefa de todos”</p> <p>Normalmente, o ato de cozinhar está vinculado à figura feminina, porém o preparo dos alimentos deve ser comum a todos. As práticas culinárias favorecem a troca de experiências, valorizam a cultura alimentar local e resgatam tradições familiares. A capa favorece a discussão sobre as desigualdades e identidades de gênero.</p>
<b>Filosofia</b>	<p>Capa “Tempos modernos pedem cuidados com a saúde”</p> <p>Essa capa sugere uma reflexão sobre o tempo reservado para as refeições. Reservar um tempo de qualidade para a comida de verdade, tanto para o preparo quanto para o consumo, favorece a interação, impacta nas escolhas alimentares e na organização social.</p>
<b>Química e Matemática</b>	<p>“Expectativa x Realidade”</p> <p>A mensagem dessa capa tem como objetivo despertar o olhar crítico para as propagandas e para os rótulos dos alimentos. As escolhas alimentares envolvem todos os sentidos sensoriais e a indústria alimentícia utiliza de propagandas e rótulos atrativos para convencer o consumidor sobre a suposta qualidade do produto. Desta forma, é de extrema importância a conscientização sobre a possibilidade de informações enganosas que não correspondem à realidade do produto.</p>
<b>Biologia</b>	<p>“De onde vem a nossa comida”</p> <p>Os alimentos fazem parte de uma cadeia produtiva que pode gerar injustiças, desigualdades sociais e impactos negativos no ambiente. O modelo de produção e distribuição dos alimentos pode acarretar prejuízos para a biodiversidade, aquecimento global e degradação de biomas brasileiros. A reflexão sobre a origem dos alimentos possibilita uma escolha alimentar consciente quanto ao impacto para a natureza e para a saúde do indivíduo.</p>
<b>Língua Portuguesa e Língua Estrangeira</b>	<p>“Comer é um ato Político”</p> <p>Essa mensagem tem como objetivo provocar nos professores e alunos a reflexão de que as escolhas alimentares, além de constituírem um ato biológico, devem ser percebidas como uma questão de cidadania e refletem nossa forma de pensar e agir. Escolhas cotidianas que possibilitam a participação da população de forma mais ativa na sociedade e fomentam a cultura local como a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Posicionar-se frente à padronização alimentar imposta pelas formas de produção e consumo atuais é um ato político. A produção e o consumo de alimentos podem contribuir para a devastação do meio ambiente e para o aumento das desigualdades sociais.</p>
<b>Arte</b>	<p>“Culinária mais saudável”</p> <p>A prática culinária está intrinsecamente ligada a relação de pertencimento e valorização da cultura alimentar. Cozinhar é uma prática social que estabelece relações entre pessoas, natureza e cultura. A desvalorização da prática culinária favorece o abandono da identidade cultural em detrimento do consumo de alimentos industrializados, especialmente os ultraprocessados, impactando negativamente na saúde e no meio ambiente.</p>
<b>História</b>	<p>“Comida é Patrimônio”</p> <p>A comida é um elemento constituinte de identidade cultural. Ela é considerada um bem material por seus aspectos físicos e degustáveis e também imaterial, pelo simbolismo que representa nas sociedades, sendo indissociável da cultura, história e memória de um povo. O consumo de alimentos que representam a identidade de um povo promove a formação cidadã. Já o consumo desenfreado de ultraprocessados ameaça a pluralidade cultural brasileira, os hábitos alimentares e a SAN.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

## Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

A análise das capas nos permite verificar que o ato de comer e as temáticas que envolvem a educação ambiental são assuntos que estão intrinsecamente ligados e permitem uma reflexão que extrapola questões biológicas, envolvendo o cotidiano e a relação de pertencimento dos indivíduos.

A alimentação e o ato de comer constituem parte importante da cultura de uma sociedade. Geram relações de identidade, acolhimento e ao sentimento de pertencimento a um grupo, representando, coletivamente, o entrelaçamento das complexidades e riquezas enquanto sujeito e sociedade.

Goes (2008) pontua que as mudanças no estilo de vida nas últimas décadas têm influenciado os hábitos alimentares das populações. Essas mudanças decorrem da industrialização, distribuição de alimentos, urbanização, marketing, dentre outros fatores. O consumo de alimentos industrializados, a economia de tempo, a praticidade, têm colaborado para essas mudanças no ato de comer e da escolha alimentar. Dessa forma, a alimentação tradicional, baseada na refeição, vem disputando espaço com novas opções alimentares — os *fasts foods* e o momento da refeição passa a ter outro ritmo para se adequar às exigências de um novo tempo na sociedade. Esse autor defende a conservação da alimentação tradicional brasileira, conservando o seu espaço central, básico, no ato alimentar, na tradição de comer em família, em conjunto, em horas regulares.

A alimentação deve ser adequada aos costumes locais, propiciando uma relação harmônica com o ambiente, a oferta de alimentos e a cultura dos povos que ali interagem.

Ações de políticas públicas tais como as mensagens nas quartas capas dos livros didáticos são fundamentais para propiciar à comunidade escolar acesso ao conhecimento das temáticas abordadas pela EA e pela EAN e suas relações. Permite entender que as causas da crise ambiental são provenientes do modelo econômico atual, alicerçado na produção e no consumo em larga escala, na relação de mercado de grupos de interesses, na exploração predatória dos recursos naturais e no avanço tecnológico principalmente da industrialização e do agronegócio com utilização intensiva de agrotóxicos. Esses fatores impactam negativamente no meio ambiente, geram injustiças socioeconômicas e agravam desigualdades sociais.

Além disso, de acordo com ZANCUL (2017), a EAN que vem sendo realizada nas escolas prioriza questões biológicas, sendo que os âmbitos sociais, emocionais, econômicos e culturais que se associam ao ato alimentar não recebem o espaço necessário para a discussão.



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

**Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável**

Esse tipo de abordagem acaba se distanciando das necessidades e anseios dos estudantes e da maneira como a sociedade tem se relacionado atualmente com a alimentação.

É fundamental que ocorra investimento na formação docente e modificações nos materiais escolares com o objetivo de aprofundar a discussão e a compreensão de que a EAN extrapola abordagens biológicas e se relaciona profundamente a questões emocionais, sociais, econômicas, culturais e ambientais (ZANCUL, 2017),

Proporcionar um espaço de discussão da EA nos materiais didáticos é primordial ao considerarmos que a EA se constituiu historicamente como área de silêncio no currículo. O propósito de se incluir a EA nos currículos é que os estudantes tenham acesso a uma educação democrática e libertadora. Paulo Freire (1987) compreende a essência da educação como prática libertadora e humanista. Apenas com a prática da educação libertadora, alicerçada na dialogicidade, é possível romper com o estado de opressão.

De acordo com Santos (2017), a EA é uma concepção educativa que expressa o tipo de sujeito e de sociedade almejado. Assim, ao trabalhar conteúdos advindos dos componentes curriculares como das artes, da matemática, língua portuguesa, das ciências naturais, da história, da geografia, da filosofia e da sociologia estamos trazendo de forma explícita ou não uma concepção de sujeito, de natureza, de conhecimento, de modos de se relacionar e de ser.

Cada componente curricular distribuído pelo PNLD apresenta uma mensagem que faz relação com a EA e a EAN, corroborando com a concepção de sujeito e sociedade não-hegemônica.

## 4 CONCLUSÃO

A escola é um espaço de construção de conhecimentos, desde os conteúdos da educação formal, por meio dos componentes curriculares, até as aprendizagens das relações sociais e humanas desenvolvidas na convivência entre escolares, professores e demais atores da comunidade escolar. A escola é considerada um ambiente potencial para a promoção da saúde, da alimentação adequada e saudável e da educação ambiental.

A partir da análise das mensagens e ilustrações, foi possível verificar que os temas abordados nas quartas capas dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD/ 2018 – Ensino Médio não se resumem a alimentação adequada e saudável, mas propiciam espaços para reflexões e discussões de temas da EA tais como relações de pertencimento com a natureza e sociedade, relações de produção, consumo e crise ambiental, sustentabilidade e identidade de gênero.



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

Considerando o silenciamento que a EA enfrenta nas legislações educacionais, na formação docente e nos currículos, o espaço proporcionado pelas quartas capas nos livros didáticos para a discussão de temas ambientais pela comunidade escolar é de extrema relevância para uma educação democrática e libertadora.

Tendo em vista o valor da EAN como instrumento da promoção da alimentação adequada e saudável, da EA enquanto concepção educativa, a ampla presença dos livros didáticos nas escolas e a posição privilegiada que os mesmos possuem para promover e direcionar práticas pedagógicas dentro do contexto escolar, verifica-se que as quartas capas constituem um espaço dialógico entre os temas apontados acima.

Finalmente, sugere-se a realização de estudos que avaliem a percepção dos docentes e discentes quanto às alterações realizadas nas capas dos livros do PNLD. Além disso, deve-se avaliar, também, se as mensagens contidas nas quartas capas estão promovendo discussões e aquisição de conhecimentos que possam gerar habilidades para uma leitura crítica sobre alimentação, sendo capazes de se consolidarem como uma ferramenta relevante no processo educativo dos temas sobre alimentação e meio ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm) Acesso em: 18 set 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de jun. de 2004, 11.273, de 6 de fev. de 2006, 11.507, de 20 de jul. de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 24 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 1.ed. Brasília, DF: TCU, 2017.

CASTRO, Solange F.F.; MELGAÇO, Mariana B.; SOUZA, Vanessa M.G. de; SANTOS, Karine S. dos. Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação



# FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED

Edição Salamanca – 14 a 16 de outubro/2020

Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável

adequada e saudável. **Rev Panam Salud Publica**. v. 43, ed. 96, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51716/v43e962019.pdf?sequence=3&isAllowed=y> . Acesso em: 18 set 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIZZO, Taís C. Ernst; CARVALHO, Isabel C. de Moura. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1, p. 115-127, 2018. E-ISSN 1517-1256. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/remea/article/view/8567/5505>. Acesso em: 19 set. 2020.

GÓES, JAW. Hábitos alimentares globalização ou diversidade? In: **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Org. FREITAS, MCS., FONTES, GAV.; OLIVEIRA, N Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/9q> Acesso em: 03 set 2020.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. 14ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

NOGUEIRA, Rosana M.; ESPERANÇA, Lúvia Cruz; VILLAR, Betzabeth Slater. Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição**. Org. Patricia Constante Jaime. 1ª edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019. p.169 – 196.

RECINE, Elisabetta. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, e 00087617, 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001200503&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001200503&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 03 ago. 2020.

RIBEIRO, LCLJ, et al. **A Educação ambiental e a Educação Nutricional como práticas educativas na escola de educação infantil**. **Revista Educação Ambiental em ação**. Número 58, Ano XV, Dezembro-2016/Fevereiro-2017. Disponível em: <http://revistaea.org/pf.php?idartigo=2558> Acesso em: 18 ago de 2020.

SANTOS, RSS. Diálogos: educação ambiental e educação antirracista no contexto da formação docente. **Revista Eixo - Especial Educação, Negritude e Raça no Brasil**. Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial). 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/510> Acesso em: 05 set. 2020.

SANTOS, RSS; GOMES, VMS. Educação ambiental, saberes e identidades em contextos curriculares formação docente. **Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 35, n. 3, p. 314-331, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8612>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ZANCUL, Mariana de Senzi. Educação Alimentar na Escola: Para Além da Abordagem Biológica. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v.13, n.1, p. 14-23, 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/78e3cd5e664243898fa74d3fc9516257> Acesso: em 04 ago. 2020.